

GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 6 de novembro de 1986

O limite crítico do plano de estabilização da economia

Ives Gandra da Silva
Martins (*)

O plano de estabilização da economia adotado pelo governo federal e veiculado por diplomas de duvidosa legalidade passa por momento difícil, após a eufórica recepção pelo povo, que nele acreditou mais do que os especialistas. A evidência, havia necessidade, à época, de serem tomadas medidas corretivas na economia brasileira, mormente em face de uma inflação incontrolável.

Os técnicos do governo e fora do governo, todavia, nunca se fizeram ilusões. A inflação incontrolável decorria, fundamentalmente, da esclerosada, ineficiente e *veneranda* máquina administrativa, geradora de "déficits" desestabilizadores cobertos por carga tributária elevada, pressão sobre o sistema financeiro e emissão de moeda, todos fatores perturbadores do correto fluir econômico. Assim sendo, qualquer medida paliativa, por melhor que fosse, e o Plano Cruzado não passou de simples medida paliativa, teria de principiar por uma redução sensível da presença do Estado na economia e do peso da administração pública, a fim de que fosse possível reduzir gastos oficiais e permitir maiores disponibilidades produtivas.



produtivo, ou seja, o segmento privado, visto que nem o congelamento das tarifas oficiais foi compensado pela redução do custo dos serviços públicos.

O governo, que transplantara recursos maciços dos cidadãos para o Estado, através da Lei nº 7.450/85, pelos Decretos-leis nºs 2.283 e 2.284/86, criando o deflator de 15%, ao mês para suas dívidas em cruzeiros, mas não para seus créditos em tributos, cuja conversão se fazia à razão de 1.000 por 1, continuou a brutal e inútil transusão de recursos produtivos para a máquina improdutiva, inibindo investimentos futuros e provocando euforia consumista decorrente da descrença no Plano Cruzado.

Com efeito, mantendo um congelamento impossível, técnica retrógrada que não deu resultado em nenhuma parte do mundo, em qualquer período da história, mas não controlando a inflação, passou, mês após mês, a aumentar o consumo, visto que o povo sabia e sabe que é melhor comprar hoje do que economizar para comprar menos amanhã.

O bom senso popular, reconhecendo que o congelamento dos preços representava sensível transferência de riquezas dos empresários para o consumo e sabendo que tal transferência e tal congelamento não seriam infinitos, lançou-se vorazmente às compras, certo estando o

povo de que em nenhum país do mundo os produtos custavam tão pouco como no Brasil.

As empresas de grande porte, estas efetivamente congeladas e com prejuízo, passaram a ter problemas, com falta de produtos, matérias-primas e mão-de-obra especializada, na medida em que os setores defasados ou pararam de produzir ou afastaram francamente o congelamento, criando a política dos ágios ou do mercado paralelo.

Alertei em março que o Plano Cruzado, se o descongelamento não viesse de imediato, iria criar negócios marginais, falta de produtos, quebra de qualidade, fuga de capitais, redução de investimentos e terminaria, quando a economia estivesse por inteiro descompassada, por iniciar processo recessivo. Fui criticadíssimo pelos técnicos do governo. Desgraçadamente estava certo e os iluminados palacianos, errados.

O apenamento do segmento produtivo da Nação (privado) e a complacência com o segmento improdutivo (público) levaram o governo a reconhecer que, não obstante a transferência sensível de recursos dos empresários e empregados para a administração, esta continuava deficitária, desperdiçando aos quatro ventos e gastando mais do que recebia.

A inflação real, muito superior à oficial tabelada e à oficial expurgada, mês

após mês, começou a inviabilizar número crescente de setores, provocando pânico nos investidores, com forte estabilidade no mercado financeiro, nas bolsas de valores, no mercado paralelo de dólar e oficial de ouro. Pela primeira vez, o aumento dos juros correspondia também ao aumento de dólares no mercado paralelo, em clara demonstração da desconfiança geral no Plano Cruzado.

Desprezando as lições de Fischer, que entendia que a eliminação da oportunidade de investir leva à incapacidade de gastar e a melhor política seria o incentivo aos investimentos, o governo não definiu a política em tal campo, reduzindo toda a sua atuação no concernente ao Plano Cruzado a mero exercício de poder em Estado policial. Em vez de incentivar os empresários, passou a ameaçá-los com a Secretaria da Receita Federal, Sunab e Polícia Federal, desincentivando ainda mais a retomada do processo produtivo a longo e médio prazo, embora a euforia consumista desse a impressão de sucesso absoluto nos investimentos a curtíssimo prazo e na venda de produtos, embora cada vez piores ou embonecados para a fuga disfarçada ao congelamento.

Redução de preços, em economia de mercado, se obtém por estímulo e não por desestímulo, e o melhor incentivo ainda é a adoção da política que Samuelson

sugeriu de benefícios fiscais para as empresas que reduzissem seus preços abaixo da inflação em período de um ano, com o que os concorrentes daquelas que aceitassem o desafio governamental passariam a segui-las, com natural e não policialesca queda dos preços. E redução da carga tributária pelo aumento natural do consumo corresponderia a aumento da arrecadação final. Tratei do assunto às páginas 77/81 de meu livro "O Poder" (Ed. Saraiva).

Infelizmente, se canhesta a atuação econômica no plano interno, no plano externo tem o governo acumulado insucessos, pagando hoje, à falta de bons negociadores, "spread" mais alto aos bancos estrangeiros que o México, cuja situação econômica é consideravelmente pior que a do Brasil.

Felizmente, tudo o que vim dizendo, nos últimos meses, em artigos e conferências, acaba de ser dito pelo Prêmio Nobel de Economia de 1985 (Modigliani), com uma pequena ressalva, ou seja, de que acredito que a melhor forma de reduzir o consumo, além do incentivo à poupança, não é o aumento de tributação. Tal política é válida para os países em que o aumento de tributação objetiva a esterilização de tais recursos, a fim de que não ganhem velocidade de circulação nem cubram simplesmente a falta de caixa governamental — e criem

inflação. No Brasil, infelizmente, todo o recurso que entra no governo não é esterilizável, razão pela qual neste particular prefiro a redução da máquina governamental em vez de aumento de tributação.

O congelamento poderia, todavia, ainda ser mantido, se o governo reduzisse os tributos, pela diminuição da máquina administrativa, hipótese em que compensaria a inflação redutora de lucratividade pela política de menores impostos criadora de lucratividade, ofertando, desta forma, sobrevida ao Plano Cruzado.

Tais considerações objetivam colaborar com o governo mais do que criticá-lo. Ouvi, sem concordar, de eminente professor, cujo nome não me é permitido revelar, que para entender as medidas econômicas de um governo que se diz favorável à livre iniciativa, mas não pratica tal amor, seria necessário começar a estudar Etologia, ou seja, a ciência que estuda o comportamento animal. Não concordo com o ilustrado professor, porque sei que a equipe governamental é brilhante. Tem, entretanto, esta equipe a obrigação de pôr em prática o brilhantismo teórico que ninguém lhe nega.

(*) Professor titular de Direito Econômico da Universidade Mackenzie e presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo.